

**AO EXCELENTÍSSIMO(A) SR.(A) DR.(A) PROCURADOR(A) FEDERAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO**

GUILHERME CASTRO BOULOS, brasileiro, solteiro, Deputado Federal (PSOL-SP), portador do RG nº 33.392.212 e inscrito no CPF nº 227.329.968/07, com endereço profissional na Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 935, Brasília, Distrito Federal, CEP 70160-900, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, neste ato em conjunto com o advogado infra-assinado, com fundamento no **Artigo 5^a, parágrafo 3^o** e Artigo 6^o *caput* e incisos do **Código de Processo Penal**, e no **art. 129 incisos I e VIII da Constituição Federal**, apresentar

NOTÍCIA CRIME PARA INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL

contra **FABIO WAJNGARTEN**, Ex-Secretário Especial de Comunicação Social do Governo Federal(SECOM), brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SP nº 162.273, RG nº 12.147.333-8 SSP/SP, CPF nº 248.023.178-08, com endereço profissional na Alameda Lorena, nº 638, 5^a Andar, São Paulo-SP, e **PEDRO DUARTE GUIMARÃES**, brasileiro, casado, economista, Ex-Presidente da Caixa Econômica Federal, RG n.º 8088253-IFP/RJ, CPF nº 016.700.677-00, pelos **crimes de advocacia administrativa, na forma qualificada**, previsto no **art. 321 *caput* e parágrafo único do Código Penal**, pelos fatos a seguir descritos.

No último Sábado (25/02/2023) o Jornal *O Globo* divulgou reportagem¹ estarrecedora na qual tornou público um vídeo em que o Ex-Secretário Especial de Comunicação Social do Governo Federal, FABIO WAJNGARTEN, aparece numa reunião com proprietários de imóveis de luxo da Praia de Maresias (São Sebastião-SP) se colocando à disposição para obstruir a construção de um empreendimento do *Programa Minha Casa Minha Vida* que atenderia a população de baixa renda e de áreas de risco da região.

Referida reunião ocorreu no dia 09 de janeiro de 2020, com proprietários de imóveis de luxo que participam da Associação Amigos da Praia de Maresias (SOMAR), que eram contrários à construção de um empreendimento do *Programa Minha Casa Minha Vida*. Nela FABIO WAJNGARTEN aparece afirmando que, enquanto ele estivesse em Brasília poderiam usar a posição que ocupava, de Secretário Especial do Governo Federal, para impedir a construção do empreendimento do *Programa Minha Casa Minha Vida*, que atenderia a população de baixa renda e de áreas de risco na região.

Assim afirma FABIO WAJNGARTEN, no vídeo:

— *Enquanto eu estiver em Brasília, usem a minha posição lá. Utilizem os meus contatos. Essa história da habitação, das casas, o Eliseu me endereçou há uma semana, perto do réveillon. Eu liguei para o presidente da Caixa Econômica para saber se era verdade que o governo federal estava envolvido nisso. O presidente da Caixa não estava nem sabendo disso* — diz Wajngarten no vídeo à época, que completa: — *Estou à disposição de vocês.*

Segue a íntegra da reportagem do Jornal *O Globo*²:

Em vídeo, secretário de Comunicação de Bolsonaro promete interferir em construção de casas populares no Litoral Norte de SP;

Cinco dias após Fábio Wajngarten se reunir com associação de moradores

¹ <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/02/em-video-secretario-de-comunicacao-de-bolsonaro-promete-interferir-em-construcao-de-casas-populares-no-litoral-norte-de-sp-veja.ghtml>

² Idem

de Maresias, Caixa vetou projeto que construiria 400 imóveis para pessoas de baixa renda perto de condomínio de luxo

*Por Bianca Gomes e Cleide Carvalho
25/02/2023 11h12 Atualizado há um dia*

A tentativa de construção de um condomínio para pessoas de baixa renda em Maresias, há três anos, teve forte resistência, e o projeto não saiu do papel. A Caixa Econômica Federal negou recursos para erguer 400 casas populares na praia do Litoral Paulista, onde 57 pessoas morreram nas chuvas que começaram no último fim de semana. As obras também aconteceriam no bairro de Topolândia. A decisão da Caixa foi tomada em prazo recorde, no mesmo dia em que a prefeitura de São Sebastião apresentou um ofício fazendo o pedido, em 14 de janeiro de 2020.

Cinco dias antes, líderes da associação de moradores de Maresias, a Somar, reuniram trabalhadores locais para avisar que eram contra a construção das moradias e que elas poderiam até ficar prontas, mas não seriam entregues porque seriam encontradas irregularidades no projeto.



Wajngarten diz que falou com presidente da Caixa sobre projeto de habitação em Maresias

Nessa reunião, estava presente o então secretário da Secom, na gestão de Jair Bolsonaro, Fabio Wajngarten³, que se opôs à construção de moradias populares no bairro e disse, em vídeo ao qual o GLOBO teve acesso, que conversou com o presidente da Caixa sobre o assunto. Procurado pelo jornal, Wajngarten não quis se pronunciar. Mais tarde, à Rádio CBN, o ex-secretário, que tem casa na região, ele negou ter feito qualquer interferência. Afirmou ainda que seria favorável caso o projeto contemplasse saneamento básico.

— Enquanto eu estiver em Brasília, usem a minha posição lá. Utilizem os meus contatos. Essa história da habitação, das casas, o Eliseu me endereçou há uma semana, perto do réveillon. Eu liguei para o presidente da Caixa Econômica para saber se era verdade que o governo federal estava envolvido nisso. O presidente da Caixa não estava nem sabendo disso — diz Wajngarten no vídeo à época, que completa: — Estou à disposição de vocês.



Em entrevista ao GLOBO na quinta-feira, Eliseu Arantes, que é citado por Wajngarten e presidia a associação na época, disse que o encontro tratou do problema de saneamento de Maresias. Ele ainda negou que o ex-secretário tenha sido contra a construção das casas, assim como a Somar.

— Ninguém foi contra as casas. Fomos contra construí-las sem saneamento, sendo que naquele ano estávamos com bandeira vermelha e praia imprópria — diz ele. — Como fazer um conjunto habitacional sem saneamento, no pé do morro, perto de uma cachoeira, em terreno de charco? — completa.

Os documentos obtidos pelo GLOBO mostram que a Caixa alegou ausência de “disponibilidade orçamentária” do então Ministério do Desenvolvimento para custear a construção de unidades habitacionais da Faixa 1 do Minha Casa Minha Vida, que contempla a população mais pobre. Na época, as famílias teriam de ter renda mensal de até R\$ 1,8 mil para serem contempladas, e o governo subsidiaria 90% do valor do imóvel. As prestações seriam R\$ 270 por mês, no máximo.

Na resposta à prefeitura, a Caixa ainda diz que a pasta poderia pleitear o subsídio para as faixas do programa destinadas às famílias de maior renda. Naquele momento, o MCMV beneficiava famílias com renda até R\$ 9 mil mensais. A gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, que mudou o nome do programa para Casa Verde Amarela, não fez contratações na Faixa 1.

O conjunto habitacional seria feito a 500 metros do mar, num terreno da Prefeitura no Canto da Praia, próximo a um condomínio de luxo. A Somar alegou que o projeto aumentava o número de moradores sem que houvesse infraestrutura de saneamento básico.

O anúncio do projeto havia sido feito pela prefeitura em dezembro de 2019. A gestão municipal afirmou que seria “o maior programa habitacional popular da história do município”. Uma matéria publicada no site oficial do município diz que as moradias seriam financiadas com recursos do governo federal, através do Programa Minha Casa Minha Vida, e destinadas a famílias com

renda mensal de até R\$ 1,8 mil.

O último recurso recebido da Caixa pela Prefeitura de São Sebastião foi de R\$ 1,8 milhão, destinado a retirar 50 famílias da área de risco da praia de Juquehy, outro reduto de condomínios de luxo. Mas, naquele projeto, as famílias seriam levadas para o bairro do Jaraguá, na Costa Norte da cidade, onde as praias não têm balneabilidade. Os recursos foram aprovados em 2018 e a última liberação ocorreu em março de 2019, segundo dados do governo federal.

A reportagem revelou que o projeto das 400 moradias o *Programa Minha Casa Minha Vida* foi **rejeitado em tempo recorde** pela CAIXA, no mesmo dia em que a prefeitura de São Sebastião apresentou um ofício fazendo o pedido, em 14 de janeiro de 2020.

Essa rejeição relâmpago ocorreu apenas 05 dias após a fala de FABIO WAJNGARTEN assegurando aos proprietários de imóveis contrários ao projeto que colocaria seu cargo e sua influência para barrar, na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, o projeto que beneficiaria a população das áreas de risco de São Sebastião.

Atualmente, já está em 65 o número de vítimas fatais pelos deslizamentos na últimas chuvas em São Sebastião⁴. A totalidade, ou parte dessas vidas, poderia ter sido salva se o projeto, que FABIO WAJNGARTEN usou sua influência para impedir, tivesse sido realizado como o previsto.

O Art. 321 do Código Penal prevê o **Crime de Advocacia Administrativa**, na forma qualificada, com pena de detenção de 03 meses a 01 ano, além de multa, nos seguintes termos:

Advocacia administrativa

⁴ <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/chuvas-litoral-norte-sp-numero-vitimas/>

Art. 321 - Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário:

Parágrafo único - Se o interesse é ilegítimo:

Pena - detenção, de três meses a um ano, além da multa.

Tendo em vista haver indícios suficientes de autoria e materialidade delitiva, com fundamento fático nos documentos em anexo e com respaldo legal no Artigo 5º, parágrafo 3º e Artigo 6º *caput* e incisos do Código de Processo Penal, e art. 129 incisos I e VIII da Constituição Federal, **requer-se a Instauração de Inquérito Policial** contra **FABIO WAJNGARTEN** e **PEDRO DUARTE GUIMARÃES**, para investigação de autoria de **Crime de Advocacia Administrativa na forma qualificada**, previsto no Art. 321 *caput* e parágrafo único, do Código Penal, em razão dos fatos narrados, para posterior oferecimento de denúncia criminal.

Brasília, 27 de fevereiro de 2023



GUILHERME CASTRO BOULOS



RAMON ARNÚS KOELLE

OAB/SP 295.445